

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2023

TELES PIRES PARTICIPAÇÕES S.A.

Sumário

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO	3
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO	10
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE	11
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	12
BALANÇO PATRIMONIAL	14
BALANÇO PATRIMONIAL	15
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16
1. CONTEXTO OPERACIONAL	17
2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	20
3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	22
4. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA	23
5. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS	24
6. RESULTADO FINANCEIRO	25
7. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS E ENCARGOS SETORIAIS	26
8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	28
9. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	28
10. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS	29
11. INVESTIMENTOS	30
12. IMOBILIZADO	32
13. INTANGÍVEL	32
14. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A EMPREITEIROS	33
15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	34
16. USO DO BEM PÚBLICO (UBP)	37
17. PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS	37
18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	41
19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	42
20. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	46

Teles Pires Participações

Relatório de Administração – 2023

1. BREVE HISTÓRICO DA COMPANHIA

A Teles Pires Participações S.A (doravante denominada “Companhia” ou “TPP”) é uma sociedade anônima constituída em 18 de novembro de 2011, com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na praia do Flamengo, 154 - 9º andar - Flamengo, podendo manter filiais, agências ou representações, em qualquer localidade do país ou exterior.

Esta empresa foi criada com um propósito de participar, estudar, planejar, investir e operar direta ou indiretamente na implantação do projeto, construção, operação e gestão da usina hidrelétrica de Teles Pires.

A usina, localizada no Rio Teles Pires, entre os Estados do Pará e Mato Grosso, possui potência instalada de 1.820 MW médio, Energia Assegurada de 964,2 MW médio e é composta por 5 turbinas Francis Eixo Vertical de 364 MW médio.

O Contrato de Concessão foi assinado pelo Poder Concedente em junho de 2011 e as obras iniciadas em agosto do mesmo ano.

O prazo do Contrato de Concessão, originalmente de trinta e cinco anos a partir da data de sua assinatura, foi prorrogado por mais 234 dias, relativos ao ressarcimento pelo risco não hidrológico. No termo final, todos os bens e instalações vinculados à Unidade Hidrelétrica Teles Pires S.A. (“UHE Teles Pires”) passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização das parcelas dos investimentos posteriores ao projeto original da usina, e que ainda não estejam amortizados ou depreciados, a ser apurado pelo Poder Concedente.

Em 10 de fevereiro de 2015, foi assinado Termo de Compromisso entre a ANEEL e a Companhia estabelecendo as condições e os prazos das obrigações de fornecimento de energia elétrica por parte da UHE Teles Pires, previstas nos (CCEAR) assinados em decorrência do Leilão de energia nº 004/2010 (A-5/2010), para o período do atraso da entrada em operação das instalações de transmissão objeto do Contrato de Concessão nº 12/2012, de responsabilidade de terceiros e necessárias ao escoamento de energia a ser produzida pela UHE Teles Pires.

Conforme Contrato de Concessão, o início de entrega da energia elétrica a ser produzida pela UHE Teles Pires e comercializada pela Companhia ocorreu em maio de 2015. A energia assegurada é negociada na seguinte proporção:

- 65% no Ambiente de Contratação Regulado (“ACR”) através de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (“CCEAR”), ao preço de R\$ 123,67 por MW/h referenciado em dezembro de 2023, atualizado anualmente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

- 35% são atualmente destinados à comercialização no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”), através de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Livre (“CCEAL”).

Em 30 de novembro de 2022, por meio da Portaria no. 709, o Ministério de Minas e Energia definiu o novo montante de garantia física da Usina Hidrelétrica Teles Pires, que passou de 939,4 MWm para 964,2 MWm. Esta alteração é oriunda do processo de Revisão Ordinária de Garantia Física de Energia das Usinas Hidrelétricas que serão válidos a partir de 1º de janeiro de 2023.

A Companhia apresenta prejuízos acumulados de R\$ 1.174.062 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 1.070.782 em 31 de dezembro de 2022) na controladora e no consolidado. O prejuízo do exercício, em 31 de dezembro de 2023 na controladora é de R\$ 103.280 (R\$ 106.121 em 31 de dezembro de 2022) e R\$ 103.656 (R\$ 106.488 em 31 de dezembro de 2022) no consolidado. A Administração entende que a geração de caixa advinda dos contratos de longo prazo, bem como o suporte financeiro previstos de seus acionistas, serão suficientes para suportar a continuidade das suas operações.

Em 16 de dezembro de 2022, a Neoenergia S.A celebrou com a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte um Contrato de Permuta de Ações e Outras Avenças, por meio do qual acordaram uma permuta de participações acionárias detidas em diversas empresas, dentre as quais a totalidade da participação acionária detida pela Neoenergia S.A na Companhia. Em 26 de setembro de 2023 houve a assinatura do Termo de Fechamento ao Contrato de permuta de Ações. Desta forma, a partir desta data, a Eletronorte passa a ser Controladora da Teles Pires Participações S.A.

No atual estágio de suas operações, conforme previsto nos planos de negócios, a Companhia continuará dependendo de recursos de seus acionistas para honrar com suas obrigações de curto prazo. Ainda conforme previsto nos planos de negócios, a Companhia espera gerar em exercícios futuros recursos suficientes para a manutenção de suas atividades e recuperação dos seus ativos de longo prazo, notadamente os ativos imobilizado e intangível (Notas Explicativas 12 e 13), além da geração de lucro tributável suficiente para a recuperação do ativo fiscal diferido (Nota Explicativa 7).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho Fiscal em 09 de fevereiro de 2024 e será apresentado ao conselho de administração em 16 de fevereiro de 2024.

2. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Dados econômicos-financeiros (R\$ mil)	Consolidado		
	2023	2022	Variação (%)
Receita Operacional Bruta	1.045.911	1.089.538	-4,0%
Receita Operacional Líquida	885.487	916.260	-3,4%
EBITDA	315.553	315.115	0,1%
Resultado do Serviço - EBIT	132.572	132.493	0,1%
Resultado Financeiro	(255.624)	(258.000)	-0,9%
Lucro Líquido	(103.656)	(106.488)	-2,7%

Informações Patrimoniais (R\$ mil)	Consolidado			Controladora		
	2023	2022	Variação (%)	2023	2022	Variação (%)
Ativo Total	4.671.202	4.873.974	-4,2%	2.071.479	2.120.232	-2,3%
Dívida Bruta	2.604.369	2.814.016	-7,5%	438.742	491.210	-10,7%
Dívida Líquida	2.390.521	2.540.566	-5,9%	358.234	408.712	-12,4%
Patrimônio Líquido	1.605.785	1.602.435	0,2%	1.589.252	1.585.527	0,2%

Atendendo à Instrução CVM No 527 demonstramos, no quadro a seguir, a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e,

complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma instrução:

Conciliação do LAJIDA (EBITDA) - R\$ Mil	Consolidado		
	2023	2022	Variação (%)
(Prejuízo) Lucro Líquido	(103.656)	(106.488)	-2,7%
Imposto de Renda e CSLL - Corrente e Diferido	(19.396)	(19.019)	2,0%
Amortização e Depreciação	182.981	182.622	0,2%
Receitas Financeiras	(33.530)	(35.850)	-6,5%
Despesas Financeiras	289.006	294.652	-1,9%
Outros Resultados Financeiros Líquidos	148	(802)	-118,5%
LAJIDA (EBITDA)	315.553	315.115	0,1%

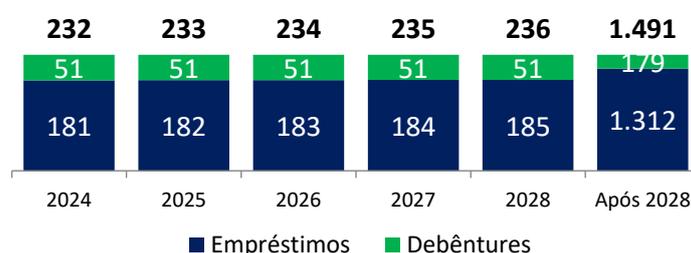
3. ENDIVIDAMENTO

3.1 PERFIL DA DÍVIDA

Em maio de 2012, A TPP realizou sua 1ª Emissão de debêntures privada com único Debenturista FI-FGTS no montante de R\$ 650 milhões para financiamento de parte dos investimentos na UHE Teles Pires. As debêntures são não conversíveis, com prazo de 20 anos, a ser amortizado em 34 parcelas semestrais a partir de novembro de 2015, com custo de 100% do CDI acrescida de spread de 1,8% a.a.

Em 09 de novembro de 2021, o BNDES e o Banco do Brasil concederam a suspensão temporária do pagamento de principal e juros, com capitalização no saldo devedor do montante que deixar de ser pago, a cada evento financeiro de vencimento abarcado pela mencionada suspensão, pelo período compreendido entre dezembro de 2021 e junho de 2022, sem prejuízo do vencimento original dos contratos de financiamento. A economia de caixa para a Companhia será de aproximadamente R\$ 194 milhões.

Amortização



4. AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia declara que mantém contrato com a KPMG Auditores Independentes Ltda. ("KPMG") para realização de auditoria para o exercício de 2023 para a prestação dos seguintes serviços de auditoria, tanto para a Companhia como para sua controladora, TPP:

Serviço	Valor (R\$ mil)	Prazo
Auditoria das Demonstrações contábeis ; e revisões das Demonstrações Intermediárias	R\$ 328	12 meses

5. AGRADECIMENTOS

Ao reconhecermos que o resultado alcançado é consequência da união e do esforço de nossos colaboradores e do apoio, empenho, incentivo e profissionalismo recebidos dos públicos com os quais nos relacionamos, queremos expressar nossos agradecimentos aos nossos acionistas, aos nossos clientes, fornecedores, aos Governos Municipais, Estaduais e Federal e demais autoridades, aos bancos financiadores, às Agências Reguladoras e aos Agentes do Setor.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Conselheiros e Acionistas da
Teles Pires Participações S.A.**
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Teles Pires Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Teles Pires Participações S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 9 de fevereiro de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Milena Santos
Contadora CRC RJ-100983/O-7

TELES PIRES PARTICIPAÇÕES S.A.**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto pelos valores de lucro por ação)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2023	2022	2023	2022
Receita operacional, líquida	3	885.487	916.260	-	39.432
Custos dos serviços		(729.636)	(763.587)	-	(39.432)
Custos com energia elétrica	4	(519.003)	(549.342)	-	-
Custos de operação	5	(210.633)	(214.245)	-	(39.432)
Lucro bruto		155.851	152.673	-	-
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	5	(23.279)	(20.180)	(7.334)	(7.334)
Equivalência Patrimonial		-	-	(41.444)	(40.373)
Lucro (prejuízo) operacional		132.572	132.493	(48.778)	(47.707)
Resultado financeiro	6	(255.624)	(258.000)	(54.502)	(58.414)
Receitas financeiras		33.530	35.850	9.751	7.862
Despesas financeiras		(289.006)	(294.652)	(64.338)	(66.650)
Outros resultados financeiros, líquidos		(148)	802	85	374
Prejuízo antes dos tributos		(123.052)	(125.507)	(103.280)	(106.121)
Tributos sobre o lucro	7.1.1	19.396	19.019	-	-
Corrente		-	-	-	-
Diferido		19.396	19.019	-	-
Prejuízo Líquido do exercício		(103.656)	(106.488)	(103.280)	(106.121)
Atribuível à:					
Acionistas controladores		(103.280)	(106.121)	(103.280)	(106.121)
Acionistas não controladores		(376)	(367)	-	-
Prejuízo básico e diluído por ação do capital – R\$:		(0,04)	(0,04)	(0,04)	(0,04)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TELES PIRES PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Prejuízo Líquido do exercício	<u>(103.656)</u>	<u>(106.488)</u>	<u>(103.280)</u>	<u>(106.121)</u>
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido dos tributos	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>(103.656)</u>	<u>(106.488)</u>	<u>(103.280)</u>	<u>(106.121)</u>
Atribuível à:				
Acionistas controladores	(103.280)	(106.121)	(103.280)	(106.121)
Acionistas não controladores	(376)	(367)	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TELES PIRES PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo do exercício	(103.656)	(106.488)	(103.280)	(106.121)
Ajustado por:				
Depreciação e amortização	182.981	182.622	7.334	7.334
Baixa e/ou alienação de ativos não circulantes	144	39	-	-
Resultado de participação societária	-	-	41.444	40.373
Tributos sobre o lucro	(19.396)	(19.019)	-	-
Resultado financeiro, líquido	255.624	258.000	54.502	58.414
Alterações no capital de giro:				
Contas a receber de clientes e outros	(4.780)	(46.600)	(1.198)	-
Fornecedores e contas pagar de empreiteiros	(1.034)	6.447	-	-
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar, líquidos	(403)	641	-	-
Outros tributos a recuperar (recolher) e encargos setoriais, líquidos	(1.961)	(12.910)	3.533	637
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	2.502	(2.136)	-	-
Provisões ambientais	(12.842)	(15.521)	-	-
Outros ativos e passivos, líquidos	(18.072)	35.907	(11.939)	37.325
Caixa líquidos proveniente das (consumido nas) operações	279.107	280.982	(9.604)	37.962
Encargos de dívidas pagos	(240.329)	(156.854)	(65.583)	(64.722)
Rendimento de aplicação financeira	30.942	33.931	10.231	8.264
Uso do Bem Público	(11.191)	(10.547)	-	-
Pagamento de juros – Arrendamentos	(109)	(41)	-	-
Caixa gerado (consumido) pelas atividades operacionais	58.420	147.470	(64.956)	(18.496)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de imobilizado e intangível	(5.974)	(8.454)	-	-
Aplicação de títulos e valores mobiliários	3.951	(18.517)	3.951	(16.000)
Resgate de títulos e valores mobiliários	(2.500)	-	(2.500)	-
Caixa gerado (consumido) nas atividades de investimentos	(4.523)	(26.971)	1.451	(16.000)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Captação de empréstimos e financiamentos	761	692	-	-
Pagamento de principal dos empréstimos e financiamentos	(230.965)	(140.199)	(51.121)	(51.121)
Pagamento de principal – Arrendamentos	(176)	(195)	-	-
Aumento de capital	107.006	93.719	107.006	93.719
Caixa gerado (consumido) nas atividades de financiamentos	(123.374)	(45.983)	55.885	(42.598)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no exercício	(69.477)	74.515	(7.620)	8.102

Caixa e equivalentes no início do exercício	157.938	83.423	8.158	56
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	88.461	157.938	538	8.158

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TELES PIRES PARTICIPAÇÕES S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Consolidado		Controladora	
		2023	2022	2023	2022
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8	88.461	157.938	538	8.158
Contas a receber de clientes e outros	10	111.293	106.513	1.198	-
Tributos sobre o lucro a recuperar	7.1.3	15.204	14.341	-	4.023
Outros tributos a recuperar		6.393	5.930	-	-
Outros ativos circulantes		5.486	5.447	-	-
Total do circulante		226.837	290.169	1.736	12.181
Não circulante					
Títulos e valores mobiliários	9	125.387	115.512	79.971	74.340
Tributos sobre o lucro diferidos	7.1.2	292.713	273.317	-	-
Tributos sobre o lucro a recuperar		4.839	-	4.839	-
Depósitos judiciais	17.1	60.400	56.819	-	-
Investimentos em participação societária	11	-	-	1.984.933	2.033.711
Direito de uso		251	599	-	-
Imobilizado	12	3.815.845	3.981.792	-	-
Intangível	13	144.930	155.766	-	-
Total do não circulante		4.444.365	4.583.805	2.069.743	2.108.051
Total do ativo		4.671.202	4.873.974	2.071.479	2.120.232

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TELES PIRES PARTICIPAÇÕES S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2023	2022	2023	2022
Passivo					
Circulante					
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	14	72.506	73.540	-	-
Empréstimos e financiamentos	15	243.602	243.788	55.641	56.987
Passivo de arrendamento		249	272	-	-
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar		1.937	2.340	-	-
Outros tributos e encargos setoriais a recolher	7.2	13.223	15.514	33	44
Provisões ambientais	17.2	36.275	23.302	-	-
Concessão do serviço público (Uso do Bem Público)	16	15.084	14.191	-	-
Outros passivos circulantes		5.939	8.121	43.451	43.451
Total do circulante		388.815	381.068	99.125	100.482
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	15	2.360.767	2.570.228	383.101	434.223
Passivo de arrendamento		374	505	-	-
Outros tributos e encargos setoriais a recolher	7.2	15.535	11.341	-	-
Provisões ambientais	17.2	-	22.646	-	-
Provisões	17	123.793	112.274	-	-
Concessão do serviço público (Uso do Bem Público)	16	175.109	172.593	-	-
Outros passivos não circulantes		1.024	884	-	-
Total do não circulante		2.676.602	2.890.471	383.101	434.223
Patrimônio líquido	18				
Atribuído aos acionistas da Companhia		1.589.253	1.585.527	1.589.253	1.585.527
Atribuído aos acionistas não controladores		16.532	16.908	-	-
Total do patrimônio líquido		1.605.785	1.602.435	1.589.253	1.585.527
Total do passivo e do patrimônio líquido		4.671.202	4.873.974	2.071.479	2.120.232

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TELES PIRES PARTICIPAÇÕES S.A.**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

Consolidado

	Capital Social	Prejuízos acumulados	Subtotal	Participação de não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.656.309	(1.070.782)	1.585.527	16.908	1.602.435
Aumento de capital (nota 18)	107.006	-	107.006	-	107.006
Prejuízo do exercício	-	(103.280)	(103.280)	(376)	(103.656)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.763.315	(1.174.062)	1.589.253	16.532	1.605.785
	Capital Social	Prejuízos acumulados	Subtotal	Participação de não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	2.562.590	(964.661)	1.597.929	17.275	1.615.204
Aumento de capital (nota 18)	93.719	-	93.719	-	93.719
Lucro do exercício	-	(106.121)	(106.121)	(367)	(106.488)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.656.309	(1.070.782)	1.585.527	16.908	1.602.435

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TELES PIRES PARTICIPAÇÕES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Teles Pires Participações S.A (“Companhia” ou “TPP”) é uma sociedade anônima constituída em 18 de novembro de 2011, com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro.

Esta empresa foi criada com um propósito de participar, estudar, planejar, investir e operar direta ou indiretamente na implantação do projeto, construção, operação e gestão da Usina Hidrelétrica Teles Pires, localizada no Rio Teles Pires, entre os Estados do Pará e Mato Grosso. A usina possui potência instalada de 1.820 MW médio e Energia Assegurada de 930,7 MW médio.

Em 30 de Novembro de 2022, por meio da Portaria no. 709, o Ministério de Minas e Energia definiu o novo montante de garantia física da Usina Hidrelétrica Teles Pires, que passou de 939,4 MWm para 964,2 MWm. Esta alteração é oriunda do processo de Revisão Ordinária de Garantia Física de Energia das Usinas Hidrelétricas que serão válidos a partir de 1º de janeiro de 2023.

Conforme Contrato de Concessão, o início de entrega da energia elétrica a ser produzida pela Usina Hidrelétrica Teles Pires e comercializada por ela ocorreu em maio de 2015. A energia assegurada é negociada na seguinte proporção:

- 65% no Ambiente de Contratação Regulado (“ACR”) através de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (“CCEAR”), ao preço de R\$ 123,67 por MW/h referenciado em dezembro de 2023, atualizado anualmente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

- 35% são atualmente destinados à comercialização no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”), através de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Livre (“CCEAL”).

A Companhia apresenta prejuízos acumulados de R\$ 1.174.062 (lucro de 1.070.782 em 31 de dezembro de 2022) na controladora e no consolidado. O prejuízo do exercício, em 31 de dezembro de 2023 na controladora é de R\$ 103.280 (R\$ 106.121 em 31 de dezembro de 2022) e prejuízo de R\$ 103.656 (R\$ 106.488 em 31 de dezembro de 2022) no consolidado.

A Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 97.389 (R\$ 88.301 em 31 de dezembro de 2022) na controladora e de R\$ 161.978 (R\$ 90.899 em 31 de dezembro de 2022) no consolidado. A Administração entende que a geração de caixa advinda dos contratos de longo prazo, bem como o suporte financeiro previstos de seus acionistas, serão suficientes para suportar a continuidade das suas operações.

É previsto no plano de negócios da Companhia recursos de seus acionistas se em alguma eventualidade a mesma não puder honrar com suas obrigações de curto prazo. Ainda conforme previsto nos planos de negócios, a Companhia espera gerar em exercícios futuros recursos suficientes para a manutenção de suas atividades e recuperação dos seus ativos de longo prazo, notadamente os ativos imobilizado e intangível (Notas Explicativas 12 e 13), além da geração de lucro tributável suficiente para a recuperação do ativo fiscal diferido (Nota Explicativa 7).

1.1 Gestão de riscos financeiros e operacionais

A Política de Riscos Financeiros se aplica a todos os negócios que integram o Grupo Eletrobras, dentro dos limites previsto aplicável às atividades reguladas que geram exposição a riscos financeiros, devendo ser reproduzida por suas controladas, observando seus respectivos estatutos sociais e a legislação aplicável. Estão incluídas diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial e de commodities, risco de taxas de juros e índices de preços, risco liquidez e risco solvência, assim como a utilização de instrumentos derivativos para fins proteção, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida. A Política de Risco Operacional em Transações de Mercado estabelece o controle e gestão dos riscos nas transações de longo e curto prazo de gestão de energia e tesouraria.

TELES PIRES PARTICIPAÇÕES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

1.1.1 Gestão de riscos financeiros

O monitoramento dos riscos é feito através de uma gestão de controles que tem como objetivo o acompanhamento contínuo das operações contratadas e do cumprimento dos limites de risco aprovados.

A Companhia está exposta a riscos financeiros, dentre os quais se destacam os riscos de mercado, de crédito e de liquidez.

a) Gestão de riscos de mercado

(i) Risco de taxas de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, tais como índices de preço, que impactem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou rendimentos das aplicações financeiras.

(ii) Risco de Inflação

A elevação das taxas de inflação e eventuais políticas anti-inflacionárias adotadas pelo Governo Federal podem acarretar na elevação das despesas financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos indexados a índices de preços. A Companhia busca manter o equilíbrio entre os ativos e passivos indexados à índices de preços de alta correlação, buscando mitigar eventuais riscos decorrentes da inflação.

b) Gestão de riscos de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros.

O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

Havendo sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia, de forma que as aplicações são alocadas preferencialmente em fundos de investimento exclusivo para empresas do Grupo Neoenergia e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia mantinha um total de aplicações no curto prazo de R\$ 88.401 em fundos de investimento (R\$ 157.267 em 2022).

c) Risco de solvência

O risco de solvência está vinculado à possibilidade de deterioração da situação econômico-financeira que resulte na piora da qualidade de crédito ou na quebra de covenants financeiros que possam gerar o vencimento antecipado das dívidas, gerando impacto na classificação de crédito (*rating*), no custo da dívida e na liquidez.

d) Gestão de riscos de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas financeiras ou econômicas devido ao não cumprimento de obrigações financeiras ou contratuais de terceiros, como inadimplência ou 'não performance' de contrapartes.

TELES PIRES PARTICIPAÇÕES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

(i) Risco de crédito de contrapartes comerciais

Oriunda da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor. Além disso, para as contrapartes de comercialização de energia, são adotados critérios específicos quanto à avaliação da sua capacidade de crédito e aprovação de limites.

(ii) Risco de crédito junto a instituições financeiras

Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, a Companhia segue as disposições da Política de Risco de Crédito do Grupo Neoenergia que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras e a utilização de instituições financeiras com boa qualidade de crédito.

É realizado ainda o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus *ratings* de longo prazo publicados pelas agências de *rating* para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia possui operações em aberto.

1.1.2 Risco hidrológico

A energia vendida pelo negócio de Geração Hidráulica depende das condições climáticas e hidrológicas dos reservatórios. A receita da venda é vinculada à energia, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios dessas usinas, podendo acarretar aumento de custos na aquisição de energia devido a sua substituição por fontes térmicas ou à redução de receitas devido à queda do consumo propiciado pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica. O prolongamento da geração por meio de termelétricas pode pressionar os custos da aquisição de energia pelas distribuidoras, o que ocasiona uma maior necessidade de caixa e pode gerar aumentos tarifários futuros. A mitigação desse risco se dá pelo MRE, que é um mecanismo financeiro de compartilhamento dos riscos hidrológicos entre as usinas participantes do Sistema Interligado Nacional - SIN operado pelo ONS.

Para reduzir a exposição a este risco de geração hidráulica, a Companhia aderiu ao seguro de risco hidrológico conforme descrito na nota 13.

1.2 Seguros

A Companhia mantém coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

Riscos	Consolidado	
	2023	
	Data da vigência	Importância Segurada
Responsabilidade Civil Geral - Operações	31/05/2023 a 31/05/2024	100.000
Veículos - Operacionais	13/06/2023 a 13/06/2024	100% FIPE
Risco Operacional - Subestações e Usinas e Lucro Cessante	31/05/2023 a 31/05/2024	2.100.000
Responsabilidade Civil - Drones	15/06/2023 a 15/06/2024	99

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza.

TELES PIRES PARTICIPAÇÕES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia ("demonstrações financeiras") foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidas pelo IASB e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo; e (ii) perdas pela redução ao valor recuperável ("*impairment*") de ativos.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho Fiscal em 09 de fevereiro de 2024 e será apresentado ao conselho de administração em 16 de fevereiro de 2024.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$), que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Informação de políticas contábeis materiais

A Companhia adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2) a partir de 1º de janeiro de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras.

As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecer informações úteis sobre políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras.

A administração revisou as políticas contábeis e atualizou as informações divulgadas na Nota 10 Políticas contábeis materiais em determinados casos, de acordo com as alterações.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados.

TELES PIRES PARTICIPAÇÕES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas:

Nota	Estimativas e julgamentos significativos
3.1	Receita de fornecimento de energia e venda de energia na CCEE
7.1.2	Tributos sobre o lucro diferidos
19.3	Participação societária e combinação de negócios
17.1	Provisão para processos judiciais
13	Intangível (vinculado a concessão)
20	Estimativa de valor justo de ativos financeiros

2.5 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* ('IASB') e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ('CPC') que são aderentes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

a) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação

A Companhia adotou o imposto diferido relacionado a ativos e passivos que surgem de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12) a partir de 1º de janeiro de 2023. As alterações restringem o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias - por exemplo, arrendamentos e passivos para desativação e restauração. Para arrendamentos e passivos de demonstragem e remoção, uma entidade deve reconhecer os ativos e passivos fiscais diferidos associados desde o início do período comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como reserva de lucros, prejuízos acumulados ou em outros componentes do patrimônio líquido nessa data. Para todas as outras transações, uma entidade aplica as alterações às transações que ocorrem em ou após o início do período mais antigo apresentado.

A Companhia contabilizou anteriormente o imposto diferido sobre arrendamentos e passivos de desmontagem e remoção aplicando a abordagem "integralmente vinculada", resultando em um resultado semelhante ao das alterações, com exceção ao ativo ou passivo fiscal diferido que foi reconhecido em uma base líquida. Após as alterações, a Companhia reconheceu um ativo fiscal diferido separado em relação a seus passivos de arrendamento e um passivo fiscal diferido em relação a seus ativos de direito de uso. No entanto, não houve impacto no balanço patrimonial pois os saldos se qualificam para compensação de acordo com o parágrafo 74 do CPC 32/IAS 12. Também não houve impacto sobre os lucros, prejuízos acumulados de abertura em 1º de janeiro de 2022 como resultado da alteração. O principal impacto para a Companhia está relacionado à divulgação dos ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Fornecimento de energia	1.045.872	1.030.644	-	-
Venda de crédito de carbono ¹	38	58.894	-	43.451
Receita operacional bruta	1.045.910	1.089.538	-	43.451
(-) Deduções da receita bruta	(160.424)	(173.278)	-	(4.019)
Receita operacional, líquida	885.486	916.260	-	39.432

¹ Venda de 4 mil de Certificados de Emissão Reduzida (CER), referente aos créditos de carbono gerados entres os anos de 2017 e 2020 do Projeto da Usina Hidrelétrica Teles Pires, e registrados junto à Organização das Nações Unidas (ONU).

Em 29 de setembro de 2022, a Companhia adquiriu 3 milhões de CER junto a Companhia Hidrelétrica Teles Pires S.A, com a finalidade de revenda a terceiro. A revenda foi concretizada em 30 de setembro de 2022, no montante de R\$ 43.451.

3.1 Fornecimento de energia elétrica

	Consolidado	
	2023	2022
ACR	612.370	590.769
ACL	433.502	439.875
Total	1.045.872	1.030.644

3.2 Deduções de receita bruta

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Tributos				
Imposto sobre circulação de Mercadorias - ICMS	(11.077)	(12.071)	-	-
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(95.722)	(98.237)	-	(4.019)
	(106.799)	(110.308)	-	(4.019)
Encargos setoriais				
Outros encargos ¹	(53.625)	(62.970)	-	-
	(53.625)	(62.970)	-	-
Total	(160.424)	(173.278)	-	(4.019)

(¹) Refere-se aos encargos de pesquisa e desenvolvimento (P&D), taxa de fiscalização de serviço de energia elétrica (TFSEE) e outorga pela concessão de utilização do bem público (CFURH).

3.3 Política contábil e julgamento crítico

3.3.1 Política contábil

A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e podem ser mensuradas de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer as estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

A receita de fornecimento de energia elétrica é mensurada de acordo com o calendário de leitura estabelecido, considerando a quantidade de energia utilizada pelo cliente e a tarifa de energia vigente. A Companhia vende a energia produzida em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre ('ACL'), onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulado ('ACR'), onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores.

3.3.2 Estimativas e julgamento crítico

Para a receita de venda de energia na CCEE, a Companhia utiliza-se da medição prévia da usina extraída do sistema de coleta de dados de energia da CCEE, prévia da perda interna com base no histórico e perda da rede básica, contratos de compra e venda definidos no curto prazo além daqueles vigentes à época, valor do PLD (realizado e previsto) divulgado pela CCEE e prévia do GSF de acordo com as informações disponibilizadas pelo ONS.

A receita de operações venda de crédito de carbono estão reconhecidas ao valor justo da contraprestação a receber quando o controle do crédito de carbono é transferido para o cliente.

4. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA

	Consolidado	
	2023	2022
Compra para revenda		
Energia curto prazo – PLD e MRE	(55.787)	(16.743)
Energia adquirida contrato bilateral	(92.763)	(196.241)
Outros	(703)	(679)
Subtotal	(149.253)	(213.663)
Créditos PIS e COFINS	11.426	18.126
Total	(137.827)	(195.537)
Encargos de uso dos sistemas de distribuição e transmissão		
Encargos de rede básica	(419.771)	(392.818)
Encargos de conexão	(219)	(174)
Subtotal	(419.990)	(392.992)
Créditos de PIS e COFINS	38.814	39.187
Total	(381.176)	(353.805)
Total dos custos com energia elétrica	(519.003)	(549.342)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

5. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS

	Consolidado		
	2023		
	Custos de operação	Outras Receitas/ Despesas gerais e administrativas	Total
Pessoal e benefícios a empregados	(7.486)	(4.676)	(12.162)
Administradores	-	(1.990)	(1.990)
Serviços de terceiros	(14.484)	(4.873)	(19.357)
Materiais	(1.959)	(14)	(1.973)
Depreciação e amortização	(175.285)	(7.696)	(182.981)
Provisão para processos judiciais	-	(3.234)	(3.234)
Impostos, taxas e contribuições	(98)	(156)	(254)
Outras receitas e despesas, líquidas ¹	(11.321)	(640)	(11.961)
Total	(210.633)	(23.279)	(233.912)

	Consolidado		
	2022		
	Custos de operação	Outras Receitas/ Despesas gerais e administrativas	Total
Pessoal e benefícios a empregados	(8.396)	(3.748)	(12.144)
Administradores	-	(2.644)	(2.644)
Serviços de terceiros	(11.270)	(5.219)	(16.489)
Materiais	(1.946)	(118)	(2.064)
Depreciação e amortização	(174.793)	(7.829)	(182.622)
Provisão para processos judiciais	-	55	55
Impostos, taxas e contribuições	(47)	(67)	(114)
Outras receitas e despesas, líquidas ¹	(17.793)	(610)	(18.403)
Total	(214.245)	(20.180)	(234.425)

(¹) Refere-se a seguros, viagens a serviço, arrendamentos entre outros.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

6. RESULTADO FINANCEIRO

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Receitas Financeiras				
Renda de aplicações financeiras	30.942	33.931	10.231	8.264
(-) Tributos sobre receita financeira	(1.639)	(1.797)	(480)	(402)
Atualização de depósitos judiciais	3.938	3.680	-	-
Outras receitas financeiras	289	36	-	-
	33.530	35.850	9.751	7.862
Despesas Financeiras				
Encargos sobre instrumentos de dívida ¹	(260.886)	(266.530)	(64.236)	(66.470)
Atualização de provisões ambientais	-	(3.207)	-	-
Atualização de UBP (Uso do Bem Público)	(9.938)	(11.700)	-	-
Atualização de provisões para processos judiciais	(12.544)	(9.914)	-	-
IOF	(906)	(854)	(7)	(96)
Outras despesas financeiras	(4.732)	(2.447)	(95)	(84)
	(289.006)	(294.652)	(64.338)	(66.650)
Outros resultados financeiros, líquidos				
Perdas com variações monetárias	(233)	(194)	-	-
Ganhos com variações monetárias	85	996	85	374
	(148)	802	85	374
Resultado financeiro líquido	(255.624)	(258.000)	(54.502)	(58.414)

(¹). Inclui a parcela variável dos juros relacionada à indexadores de preço sobre dívida em moeda nacional (CDI e TJLP) e amortização de custos de captação.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

7. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS E ENCARGOS SETORIAIS

7.1 Tributos sobre o lucro

Os tributos sobre o lucro correntes e diferidos são representados pelo Imposto de Renda (“IRPJ”) e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”), e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ – 25% e CSLL – 9%), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do período.

7.1.1 Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

	Consolidado	
	2023	2022
Prejuízo antes dos tributos sobre o lucro	(123.052)	(125.507)
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	41.838	42.672
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:		
Adições (reversões) de ativos fiscais não reconhecidos	(21.025)	(22.354)
Outras adições (reversões) permanentes	(1.417)	(1.299)
Tributos sobre o lucro	19.396	19.019
Alíquota efetiva	16%	15%
Corrente	-	-
Diferido ¹	19.396	19.019

(1) A Companhia constituiu prejuízo fiscal em dezembro/21, entretanto no acumulado houve reversão de IRPJ e CSLL diferidos devido ao impacto do ressarcimento de risco não hidrológico (GSF), que foi considerado como diferença temporária, conforme quadro a seguir.

7.1.2 Tributos diferidos ativos

Os tributos diferidos ativos são reconhecidos com base nos prejuízos fiscais e diferenças temporárias entre os valores contábeis para fins das demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

	Consolidado	
	2023	2022
Prejuízo fiscal (inclui base negativa)	272.256	260.533
Diferenças temporárias:		
Ressarcimento de risco não hidrológico - GSF	(12.939)	(13.505)
Provisão para processos judiciais	14.463	10.199
Provisões ambientais	16.507	13.341
Arrendamentos capitalizados	126	61
PLR	182	197
Outros	2.119	2.491
Total	292.714	273.317

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

As variações dos tributos diferidos são as seguintes:

	Consolidado
	Ativo
Saldos em 31 de dezembro de 2022	273.317
Efeitos reconhecidos no resultado	19.396
Saldos em 31 de dezembro de 2023	292.714
Saldos em 31 de dezembro de 2021	254.298
Efeitos reconhecidos no resultado	19.019
Saldos em 31 de dezembro de 2022	273.317

A UHE Teles Pires foi implantada na modalidade de *Project Finance*, de forma que os resultados dos primeiros anos de operação são fortemente impactados pelas despesas financeiras, que serão reduzidas com o passar dos anos, após amortização gradual dos financiamentos. Com isso, seu cenário de resultados tributários negativos apurados nos últimos anos tende a ser revertido. Em 31 de dezembro de 2023, a expectativa de realização dos ativos e passivos fiscais diferidos, reconhecidos, está apresentada como segue:

	2025	2026	2027	Entre 2028 e 2032	Entre 2033 e 2037
Ativo fiscal diferido, líquido	5.854	10.245	27.808	51.225	197.582

7.1.3 Tributos correntes ativos

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
IRPJ	17.885	12.321	4.839	4.023
CSLL	2.158	2.020	-	-
Ativo	20.043	14.341	4.839	4.023
Passivo circulante	15.204	14.341	-	4.023
Passivo não circulante	4.839	-	4.839	-

Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possuía valores reconhecidos na linha de tributos sobre o lucro a recolher, referente ao impacto das posições tributárias incertas.

A Companhia possui o montante de R\$ 1.063 (R\$ 960 em 31 de dezembro de 2022), de um processo legal de natureza de Ação Tributária referente a crédito de saldo negativo de IRPJ/2011, cujo prognóstico de perda foi considerado possível pelos assessores jurídicos da Companhia.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

7.2 Outros tributos e encargos setoriais a recolher

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Imposto sobre circulação de mercadorias – ICMS	1.140	1.335	-	-
Programa de integração social - PIS	673	589	4	6
Contribuição para o financiamento da seguridade social – COFINS	3.128	2.752	29	38
Impostos e contribuições retidos na fonte	454	539	-	-
Outros	1.924	1.750	-	-
Outros tributos a recolher	7.319	6.965	33	44
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	10.681	13.410	-	-
Outros ¹	10.758	6.480	-	-
Encargos Setoriais	21.439	19.890	-	-
Total Outros tributos e encargos setoriais a recolher	28.758	26.855	33	44
Circulante	13.223	15.514	33	44
Não Circulante	15.535	11.341	-	-

(¹) Refere-se a CFURH, FNDCT e MME.

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Equivalentes de caixa são operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Caixa e depósitos bancários à vista	60	671	16	23
Fundos de Investimento	88.401	157.267	521	8.135
Total	88.461	157.938	537	8.158

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras é de 100% do CDI em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

9. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Fundos de Investimento - BB (a)	45.416	41.172	-	-
CDB 5 Caixa Econômica (b)	79.971	74.340	79.971	74.340
Total	125.387	115.512	79.971	74.340

(a) A Companhia mantém o valor aplicado no Banco do Brasil com objetivo de atender as obrigações contratuais do empréstimo junto ao BNDES e de Repasse junto ao Banco do Brasil. Os recursos depositados em garantia somente serão resgatados após o vencimento dos contratos. A remuneração média é de 100% CDI.

(b) A Companhia mantém uma conta corrente na Caixa Econômica Federal e mantém o valor aplicado com o objetivo de atender as obrigações contratuais. Esta conta está vinculada à dívida e somente será resgatada ao final do pagamento das parcelas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

A mutação dos títulos e valores mobiliários é a seguinte:

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Saldos iniciais	115.512	86.217	74.340	51.924
Aplicação	-	18.517	-	16.000
Resgate	(2.500)	-	(2.500)	-
Rendimentos	12.375	10.778	8.131	6.416
Saldos finais	125.387	115.512	79.971	74.340

10. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	Consolidado	
	2023	2022
	Recebível	Recebível
Fornecimento de energia	110.095	106.513
Terceiros	76.676	49.837
Partes relacionadas (nota 19)	33.419	56.676
Outros	1.198	-
Total	111.293	106.513

10.1 Fornecimento de energia elétrica

O saldo de contas a receber de fornecimento de energia elétrica compreendem os recebíveis oriundos da venda de energia.

	Consolidado	
	2023	2022
	Recebível	Recebível
ACR	36.400	68.663
ACL	73.695	37.850
Total	110.095	106.513

O *aging* do contas a receber de fornecimento de energia elétrica está apresentada como segue:

	Consolidado	
	2023	2022
	Recebível	Recebível
A vencer	110.095	106.513

10.2 Política contábil e julgamentos críticos

a) **Política contábil**

O Contas a receber são ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (nota 19.1) e são reconhecidos quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional.

b) **Estimativas e julgamentos críticos**

A Companhia não possui histórico de inadimplência e considerando as garantias oferecidas nos leilões e/ou contratos bilaterais, a exposição do risco de crédito é residual. Dadas essas características, o nível de constituição das perdas esperadas não é relevante para essa classe de recebíveis. Além disso, a CCEE controla o montante de contas a receber e respectivas inadimplências do setor, diminuindo o risco de crédito nessas operações.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

11. INVESTIMENTOS

A Companhia possui participação acionária de 99,10% na investida Companhia Hidrelétrica Teles Pires S.A, cuja movimentação é apresentada como segue:

	Companhia Hidrelétrica Teles Pires S.A.
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.033.711
Participações societárias no resultado	(41.444)
Amortizações	(7.334)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.984.933
Saldos em 31 de dezembro de 2021	2.081.418
Participações societárias no resultado	(40.373)
Amortizações	(7.334)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.033.711

A seguir apresentamos as informações sobre a investida:

	Companhia Hidrelétrica Teles Pires S.A.	
	2023	2022
Balanco Patrimonial		
Ativos	4.463.498	4.658.961
Circulante	268.552	321.440
Não Circulante	4.194.946	4.337.521
Passivo e Patrimônio Líquido	4.463.498	4.660.915
Circulante	333.141	325.834
Não Circulante	2.293.501	2.456.405
Patrimônio Líquido	1.836.856	1.878.676

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

12. IMOBILIZADO

As variações do imobilizado, por classe de ativo, estão demonstradas conforme a seguir:

	Consolidado				Total
	Centrais de hidroelétricas	Construções e terrenos	Outros	Ativos em construção	
Taxa de depreciação a.a	2,00% - 16,67%	3,16% - 4,00%	6,25% - 14,29%		
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.698.527	1.081.618	173.914	27.733	3.981.792
Adições	-	-	-	5.975	5.975
Baixas	-	-	-	-	-
Capitalização de gastos	-	-	(147)	-	(147)
Depreciação	(115.185)	(48.668)	(7.727)	-	(171.580)
Transferências entre classes	3.771	14.836	810	(19.417)	-
Transferências - Outros ativos	-	-	-	(195)	(195)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.587.113	1.047.786	166.850	14.096	3.815.845
Custo	3.574.737	1.459.142	229.741	14.096	5.277.716
Depreciação acumulada	(987.624)	(411.356)	(62.891)	-	(1.461.871)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	2.796.604	1.129.830	180.544	35.046	4.142.024
Adições	-	-	-	10.409	10.195
Baixas	-	-	-	(39)	(39)
Capitalização de gastos	-	-	-	213	213
Depreciação	(114.535)	(48.457)	(7.836)	-	(170.828)
Transferências entre classes	16.458	245	1.206	(17.909)	-
Transferências - Outros ativos	-	-	-	227	227
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.698.527	1.081.618	173.914	27.733	3.981.792
Custo	3.570.966	1.444.306	229.078	27.733	5.272.083
Depreciação acumulada	(872.439)	(362.688)	(55.164)	-	(1.290.291)

11.1 Política contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

Os ativos imobilizados estão demonstrados pelos custos de aquisição ou custos de construção, que compreendem também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação (incluindo encargos financeiros), bem como, quando aplicável, a estimativa dos custos com desmontagem do imobilizado e de restauração do local onde o ativo está localizado, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos - (*impairment*).

Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear, com base na vida útil estimada, a partir da data em que os ativos se encontram disponíveis para serem utilizados no uso pretendido e são capitalizados.

b) Estimativas e julgamentos críticos

A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, as quais são praticadas pelas empresas do setor elétrico brasileiro e representam as vidas úteis estimadas dos bens. Os investimentos iniciais nos ativos de geração cujas usinas possuem concessão do serviço público são depreciados com base nas vidas úteis definidas pela ANEEL, limitadas ao prazo da concessão das usinas. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar com base na atualização tecnológica dos ativos de cada unidade geradora. As vidas úteis dos ativos imobilizados também afetam os testes de recuperação (*impairment*) destes ativos, quando aplicáveis.

13. INTANGÍVEL

As variações do intangível, por natureza, estão demonstradas como segue:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Consolidado				Total
	Concessão	Software	Outros	Ativos em formação	
Taxa de amortização a.a.	3,13% - 3,85%	20,00%	20,00%		
Saldos em 31 de dezembro de 2022	150.999	14	4.752	1	155.766
Amortização	(6.425)	(32)	(4.574)	-	(11.031)
Transferências – entre intangíveis	-	195	-	(195)	-
Transferências – outros	-	-	-	195	195
Saldos em 31 de dezembro de 2023	144.574	177	178	1	144.930
Custo	189.586	226	25.078	1	214.891
Amortização acumulada	(45.012)	(49)	(24.900)	-	(69.961)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	157.244	20	12.342	-	169.606
Adições	-	-	-	1	1
Baixas	-	-	(1.955)	-	(1.955)
Amortização	(6.245)	(6)	(5.408)	-	(11.659)
Transferências – outros	-	-	(227)	-	(227)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	150.999	14	4.752	1	155.766
Custo	189.586	31	25.077	1	214.695
Amortização acumulada	(38.587)	(17)	(20.325)	-	(58.929)

Em 9 de setembro de 2020 foi publicada a Lei nº 14.052 que estabelece novas condições para ressarcimento do risco hidrológico, assumido pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) nos últimos anos. O objetivo é compensar as usinas hidrelétricas por tais riscos, cujos efeitos estão relacionados à antecipação da garantia física dos empreendimentos de geração denominados estruturantes, bem como do atraso na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração de energia desses empreendimentos, além da geração térmica fora da ordem de mérito. Essa Lei foi regulamentada pela ANEEL através da Resolução Normativa nº 895 de 1º de dezembro de 2020, que estabeleceu a metodologia de cálculo das compensações.

A compensação aos geradores hidrelétricos ocorrerá por meio da extensão do prazo de concessão das outorgas de geração e deve ser reconhecida contabilmente como intangível em contrapartida à recuperação de custos com energia elétrica.

14.FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A EMPREITEIROS

A composição do saldo de fornecedor é como segue:

	Consolidado	
	2023	2022
Energia elétrica	24.247	20.404
Terceiros	24.247	17.077
Partes relacionadas (nota 19)	-	3.327
Encargos de uso da rede	44.982	43.151
Terceiros	44.982	37.990
Partes relacionadas (nota 19)	-	5.161
Materiais e serviços	3.277	9.985
Terceiros	3.277	9.820
Partes relacionadas (nota 19)	-	165
Total	72.506	73.540

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

15.1 Dívida líquida

A Companhia avalia a dívida líquida com o objetivo de assegurar a continuidade dos seus negócios no longo prazo, sendo capaz de gerar valor aos seus acionistas, através do pagamento de dividendos e ganho de capital. A dívida líquida é composta como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Empréstimos bancários	2.165.627	2.322.807	-	-
Mercado de capitais	438.742	491.210	438.742	491.210
Empréstimos e financiamentos	2.604.369	2.814.017	438.742	491.210
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 8)	(88.461)	(157.938)	(538)	(8.158)
(-) Títulos e valores mobiliários (nota 9)	(125.487)	(115.512)	(79.971)	(74.340)
Dívida líquida	2.390.421	2.540.567	358.233	408.712

15.2 Empréstimos e financiamentos

As dívidas da Companhia são compostas por recursos captados através de empréstimos bancários, em Real brasileiro ("R\$"). As dívidas são inicialmente registradas pelo valor justo, que normalmente refletem os valores liberados pelos credores. Subsequentemente, as dívidas são reconhecidas pelo: i) custo amortizado; ou ii) valor justo por meio do resultado.

Em 09 de novembro de 2021, o BNDES e o Banco do Brasil concederam a suspensão temporária do pagamento de principal e juros ("Standstill"), com capitalização no saldo devedor do montante que deixou de ser pago, a cada evento financeiro de vencimento abarcado pela mencionada suspensão, pelo período compreendido entre dezembro de 2021 e junho de 2022, sem prejuízo do vencimento original dos contratos de financiamento. A economia de caixa para a Companhia foi de aproximadamente R\$ 194 milhões.

a) Saldos dos contratos por moeda e modalidade de taxa de juros

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Denominados em R\$	2.605.025	2.814.829	439.398	492.022
Indexados a taxas flutuantes	2.605.025	2.814.829	439.398	492.022
	2.605.025	2.814.829	439.398	492.022
(-) Custos de transação	(656)	(812)	(656)	(812)
	2.604.369	2.814.017	438.742	491.210
Passivo circulante	243.602	243.788	55.641	56.987
Passivo não circulante	2.360.767	2.570.229	383.101	434.223

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

b) Fluxo de pagamento futuros de dívida

Os fluxos de pagamentos futuros da dívida de principal e juros são os seguintes:

	Consolidado		
	Principal	Juros¹	Total¹
2023	232.193	222.377	454.570
2024	233.109	192.574	425.683
2025	234.025	174.601	408.626
2026	234.940	156.303	391.243
2027	235.877	136.960	372.837
Entre 2028 e 2032	1.117.268	374.616	1.491.884
Entre 2033 e 2037	372.269	30.136	402.405
Total	2.659.681	1.287.567	3.947.248

	Controladora		
	Principal	Juros¹	Total¹
2024	51.121	59.638	110.759
2025	51.121	44.478	95.599
2026	51.121	39.559	90.680
2027	51.121	34.894	86.015
2028	51.121	28.980	80.101
Entre 2029 e 2032	179.272	47.471	266.743
Total	434.877	255.020	689.897

(1) O fluxo estimado de pagamentos futuros, incluindo principal e juros, é calculado com base nas curvas de taxas de juros (Taxas de Juros de Longo Prazo (TJLP)) em vigor em 31 de dezembro de 2023 e considerando que todas as amortizações e pagamentos no vencimento dos empréstimos e financiamentos serão efetuados nas datas contratadas. O montante inclui valores estimados de pagamentos futuros de encargos a incorrer (ainda não provisionados) e os, encargos incorridos já reconhecidos nas demonstrações financeiras.

c) Reconciliação da dívida com os fluxos de caixa e outras movimentações

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Saldo inicial do exercício	2.814.017	2.843.849	491.210	540.583
Efeito no fluxo de caixa:				
Captações	761	692	-	-
Amortizações de principal	(230.966)	(140.223)	(51.121)	(51.121)
Pagamento de encargos de dívida	(240.329)	(156.831)	(65.583)	(64.722)
Efeito não caixa:				
Encargos incorridos	260.886	266.529	64.236	66.470
Saldo final do exercício	2.604.369	2.814.017	438.742	491.210

d) Linhas de Crédito

Tipo	Moeda	Data limite de captação	Montante total	Montante utilizado
Linhas de financiamento	R\$	15/02/2036	12.000	10.700

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

e) Condições restritivas financeiras (Covenants)

Controlada (Empréstimos e Financiamentos)

Os contratos mantidos com BNDES e Banco do Brasil contêm cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros apurados com base nas demonstrações financeiras da Companhia, com parâmetros pré-estabelecidos listados abaixo.

- ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida), no mínimo igual a 1,30

O Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos, Administração de Contas e Outras Avenças, estabelece que em caso de o ICSD ser inferior a 1,30, a Companhia deverá manter em garantia saldo mínimo equivalente a 6 vezes o valor do último serviço da dívida. A apuração é realizada com base nas informações registradas nas Demonstrações Financeiras anuais auditadas.

Em 31 de dezembro de 2023 o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida foi 0,89 (1,74 em 31 de dezembro de 2022). A Companhia mantém o saldo mínimo necessário nas contas reservas previsto em contrato, que é de seis vezes o valor do serviço da dívida em 31 de dezembro de 2023 em função do não atingimento do covenants (e três vezes o valor do serviço da dívida em 31 de dezembro de 2022 em função do atingimento do covenants).

O Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos, Administração de Contas e Outras Avenças estabelece ainda a cessão fiduciária aos credores dos direitos emergentes da concessão de que a Companhia é titular, em decorrência do contrato de concessão e seus aditivos.

- Índice de Capitalização (Patrimônio Líquido/Ativo Total) no mínimo igual a 20%.

Em 31 de dezembro de 2023 este índice foi de 41%. (Em 31 de dezembro de 2022 este índice foi de 40%).

Controladora (Debêntures)

A escritura da 1ª emissão de debêntures estabelece que a Companhia deverá manter, durante a vigência das Debêntures:

- ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) igual ou superior a 1,2

Em 31 de dezembro de 2023 este índice foi de 1,38. (Em 31 de dezembro de 2022 este índice foi de 1,22).

Adicionalmente, a escritura também estabelece que a Eletrobras, como Fiadora, deverá manter, durante a vigência das Debêntures:

- Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 4,0;
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2.

f) Política contábil

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação dos empréstimos e financiamentos são reconhecidas como custos da transação.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

16.USO DO BEM PÚBLICO (UBP)

Em 07 de setembro de 2014, a controlada “CHTP” celebrou o contrato de concessão de uso do bem público, com o intuito de regular a exploração do potencial de energia hidráulica localizado no Rio Teles Pires.

A controlada “CHTP” recolherá ao Poder Concedente pelo Uso do Bem Público, objeto do Contrato de Concessão, parcelas mensais equivalentes a (1/12) um doze avos de pagamento anual de R\$ 5.515.

O início do pagamento dar-se-á a partir da entrada em operação comercial da primeira unidade geradora, atestada pela ANEEL, ou a partir do início da entrega da energia objeto de CCEAR, até o 35º ano da Concessão. Os pagamentos iniciaram no mês de setembro de 2015, referente ao mês de maio de 2015.

O valor do pagamento pelo Uso do Bem Público será atualizado anualmente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA a partir do mês anterior à data do Leilão.

Buscando refletir adequadamente a outorga onerosa da concessão e a respectiva obrigação perante o Poder Concedente, os valores das concessões foram registrados no ativo intangível em contrapartida ao passivo.

Considerando que os valores contratuais estão a preços futuros, a Companhia procedeu ao seu ajuste a valor presente com base em taxa de desconto de referência na data da assunção da obrigação. A taxa de desconto utilizada foi de 8,47% a.a.

A seguir apresentamos a mutação dos saldos:

	Consolidado	
	2023	2022
Saldos iniciais	186.784	180.903
Atualização monetária	9.938	11.700
Adição	4.662	4.728
Pagamentos	(11.191)	(10.547)
Saldos finais	190.193	186.784
Circulante	15.084	14.191
Não circulante	175.109	172.593

17. PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Consolidado	
	2023	2022
Provisões para processos judiciais	123.793	112.274
Provisão para obrigações ambientais	36.275	45.948
	160.068	158.222
Passivo circulante	36.275	23.302
Passivo não circulante	123.793	134.920

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

17.1 Provisões para processos judiciais, passivos contingentes e depósitos judiciais

a) Provisão para processos judiciais

A Companhia é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cíveis e fiscais, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões a Companhia considera a opinião dos assessores jurídicos quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais sempre que a perda for avaliada como provável.

O passivo em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caibam mais recursos, ou a sua prescrição.

Os processos judiciais provisionados estão apresentados a seguir:

	Consolidado		
	Provisões cíveis	Provisões trabalhistas	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	111.520	754	112.274
Adições e reversões, líquido	(772)	2.916	2.144
Atualização monetárias	8.733	642	9.375
Saldos em 31 de dezembro de 2023	119.481	4.312	123.793
Saldos em 31 de dezembro de 2021	102.830	523	103.353
Adições e reversões, líquido	(1.213)	218	(995)
Atualização monetárias	9.903	13	9.916
Saldos em 31 de dezembro de 2022	111.520	754	112.274

Dentre os processos relevantes cujo risco de perda é considerado provável destacamos:

(i) Processos cíveis: Do total de R\$ 119.481 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 111.520 em 31 de dezembro de 2022) provisionados, destacam-se processos cíveis da Companhia que possuem como escopo, essencialmente, pleitos indenizatórios ambientais e fundiários, principalmente no que tange à desapropriação de áreas de interesse da CHTP.

(ii) Processos trabalhistas: Os R\$ 4.312 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 754 em 31 de dezembro de 2022) provisionados, referem-se a ações movidas por ex-empregados e terceirizados, envolvendo o pleito de verbas trabalhistas, bem como de indenização por acidente de trabalho. Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da Taxa Referencial (TR), índice de atualização de processos trabalhistas divulgado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, acrescidos de juros de 1% a.m.

b) Passivos contingentes

Os passivos contingentes correspondem a processos judiciais não provisionados, uma vez que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, baseado nos pareceres jurídicos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

Os passivos contingentes são apresentados a seguir:

	Consolidado	
	2023	2022
Processos cíveis (i)	223.605	204.088
Processos trabalhistas (ii)	1.158	5.243
Processos fiscais (iii)	61.228	54.036
	285.991	263.367

Os processos relevantes cuja probabilidade de perda é considerada possível são conforme segue:

(i) Cíveis

A Companhia é parte envolvida em processos legais, com natureza de Ação Cível Pública (“ACP”) no que tange à parte ambiental do empreendimento. A maioria de tais processos têm prognósticos de perda possível, segundo avaliação da administração suportada pelos seus consultores jurídicos.

Adicionalmente, a Companhia possui um total estimado de R\$ 285.991 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 204.088 em 31 de dezembro de 2022) em processos cíveis com expectativa de perda possível.

Claim do Consórcio Construtor

Em 14 de setembro de 2021 foi celebrado o acordo com o Consórcio Construtor Teles Pires - (“CCTP”) para a extinção do processo de arbitragem junto à Câmara de Conciliação e Arbitragem da Fundação Getúlio Vargas, instaurado em maio de 2016.

O referido acordo definiu que a Companhia fizesse o pagamento de R\$ 77.000 ao CCTP, sendo R\$ 7.898 retidos a título de caução garantia, até a conclusão de pendências relativas à construção.

A provisão da contingência constituída em 2016 foi revertida em 30 de setembro de 2021, afetando (i) o imobilizado no montante de R\$ 45.657, visto o pleito ter sido iniciado no período pré-operacional da Hidrelétrica Teles Pires e (ii) o resultado financeiro, pela reversão da atualização monetária do processo após o início da operação da usina, no total de R\$ 61.913.

(ii) Trabalhistas

Referem-se a ações movidas por ex-empregados, envolvendo a cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários entre outras. Além dos valores provisionados, a Companhia possui um total estimado de R\$ 1.158 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 5.243 em 31 de dezembro de 2022) em processo trabalhista com expectativa de perda possível.

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da Taxa Referencial (TR), índice de atualização de processos trabalhistas divulgado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, acrescidos de juros de 1% a.m.

(iii) Fiscais

A Companhia é parte envolvida em processos legais, com a natureza de Ação Tributária como, por exemplo, autos de infração emitidos pela Secretaria do Estado da Fazenda – SEFAZ do estado do Mato Grosso no que tange a falta de recolhimento ou recolhimento a menor de ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços. Tais processos têm prognósticos de perda possível, segundo avaliação da administração suportada pelos seus consultores jurídicos externos, a Companhia possui valor estimado de R\$ 61.228 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 54.036 em 31 de dezembro de 2022).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

c) Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas e estão correlacionados a processos provisionados ou não provisionados.

	Consolidado	
	2023	2022
Processos cíveis	58.829	55.345
Processos trabalhistas	606	625
Processos fiscais	965	849
	60.400	56.819

d) Política contábil e julgamentos críticos

(i) Política contábil

As provisões são reconhecidas quando: (i) a companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos. Passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável.

(ii) Estimativas e julgamentos críticos

Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.

17.2 Provisões ambientais

As obrigações de meio ambiente são derivadas das condicionantes dos programas do Projeto Básico Ambiental – PBA que é composto por programas socioambientais que tem o objetivo de mitigar e compensar os impactos potenciais e decorridos da implantação do respectivo empreendimento. Este projeto básico ambiental faz parte do processo de licenciamento ambiental para se obter as Licenças Prévias (LP), Licenças de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO) que o empreendedor deve aprovar, executar e acompanhar perante os órgãos licenciadores que no caso da UHE TELES PIRES são IBAMA e FUNAI.

As provisões ambientais constituídas estão compostas como segue:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Consolidado
	Provisões Ambientais
Saldo em 31 de dezembro de 2022	45.948
Baixa/reversão	-
Pagamentos/Indenizações	(12.842)
Atualização	3.169
Saldos em 31 de dezembro de 2023	36.275
Circulante	36.275
Não Circulante	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	60.217
Baixa/reversão	(1.955)
Pagamentos/Indenizações	(15.521)
Atualização	3.207
Saldos em 31 de dezembro de 2022	45.948
Circulante	23.302
Não Circulante	22.646

Segue abaixo o cronograma de pagamento das provisões ambientais, considerando atualização monetária:

	Cronograma¹
2024	36.275
Total	36.275

¹ O montante inclui valores estimados de pagamentos futuros e atualizações monetárias a incorrer (ainda não provisionados) e as atualizações monetárias incorridas já reconhecidos nas demonstrações financeiras.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

18.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 2.656.310 (R\$ 2.656.310 em 31 de dezembro de 2022), correspondente a 2.656.310 ações ordinárias escrituradas, sem valor nominal.

Em 2022 a Companhia recebeu aporte de capital no valor de R\$ 93.719 mil suportados pelo aumento de capital ocorrido em Assembleia Geral realizada no dia 08 de novembro de 2021. Os aportes foram feitos em 25 de maio de 2022 no valor de R\$ 69.000 mil, sendo R\$ 34.886 mil feitos pela Neoenergia S.A, R\$ 17.057 pela Eletrosul S.A. e R\$ 17.057 mil por Furnas S.A. No dia 25 de novembro de 2022, a Companhia recebeu aportes no valor de R\$ 24.719 mil, sendo R\$ 12.498 mil feitos pela Neoenergia S.A., R\$ 6.111 mil pela Eletrosul S.A. e R\$ 6.111 mil por Furnas S.A. Os referidos aportes de capital foram utilizados integralmente para o pagamento do serviço da 1ª emissão de Debentures da Controladora.

Em 2023 a Companhia recebeu aporte de capital no valor de R\$ 107.006 mil suportados pelo aumento de capital ocorrido em Assembleia Geral realizada no dia 24 de maio de 2023. Os aportes foram feitos em 20 de maio de 2023 no valor de R\$ 54.000 mil, sendo R\$ 27.302 mil feitos pela Neoenergia S.A, R\$ 13.349 pela Eletrosul S, A. e R\$ 13.349 mil por Furnas S.A. No dia 27 de novembro de 2023, a Companhia recebeu aportes no valor de R\$ 53.006 mil, sendo R\$ 26.800 mil feitos pela Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A - Eletronorte., R\$ 13.103 mil pela Eletrosul S.A. e R\$ 13.103 mil por Furnas S.A Os referidos aportes de capital foram utilizados integralmente para o pagamento do serviço da 1ª emissão de Debentures da Controladora.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

Posição acionária em 31 de dezembro de 2023:

	Acionistas		
	ON	ON %	R\$
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A - Eletronorte	1.397.133	50,56%	1.397.133
Furnas S.A.	683.091	24,72%	683.091
Eletrósul S.A.	683.091	24,72%	683.091
Total de ações em circulação	2.763.315	100%	2.763.315

Posição acionária em 31 de dezembro de 2022:

	Acionistas		
	ON	ON %	R\$
Neoenergia S.A.	1.343.030	50,56%	1.343.030
Furnas S.A.	656.640	24,72%	656.640
Eletrósul S.A.	656.640	24,72%	656.640
Total de ações em circulação	2.656.310	100%	2.656.310

Em 16 de dezembro de 2022, a Neoenergia S.A. celebrou com a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A - Eletronorte um Contrato de Permuta de Ações e Outras Avenças, por meio do qual acordaram uma permuta de participações acionárias detidas em diversas empresas, dentre as quais a totalidade da participação acionária detida pela Neoenergia na Companhia. A operação foi concluída em 26 de setembro de 2023.

18.2 Prejuízo por ação

Os valores do prejuízo básico e diluído por ação são os seguintes:

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Prejuízo do exercício	(103.656)	(106.488)	(103.280)	(106.121)
Média ponderada de número ações em circulação	2.763.315	2.656.309	2.763.315	2.656.309
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação	(0,04)	(0,04)	(0,04)	(0,04)

19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As principais transações comerciais reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de compra e venda de energia elétrica, contratos de uso do sistema de transmissão; (ii) prestação serviços de operação e manutenção; (iii) contratos de serviços administrativos.

As operações de compra e venda de energia transacionadas com parte relacionadas, no mercado livre, foram realizadas pela Companhia em termos equivalentes aos que prevalecem em transações de mercado, portanto, essas transações estão em condições que não são menos favoráveis para a Companhia do que aquelas negociadas com terceiros.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

Em 16 de dezembro de 2022, a Neoenergia S.A. celebrou com as Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A - Eletronorte um Contrato de Permuta de Ações e Outras Avenças, por meio do qual acordaram uma permuta de participações acionárias detidas em diversas empresas, dentre as quais a totalidade da participação acionária detida pela Neoenergia na Companhia. Em 26 de setembro de 2023 houve a assinatura do Termo de Fechamento ao Contrato de permuta de Ações. Desta forma, a partir desta data, a Eletronorte passa a ser parte relacionada e a Neoenergia S.A. deixa de ser parte relacionada da Companhia.

As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras são apresentados abaixo:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

19.1 Saldo em aberto com partes relacionadas

	Consolidado					
	2023			2022		
	Subsidiárias da Neoenergia	Acionista	Total	Subsidiárias da Neoenergia	Acionista	Total
Ativo						
Contas a receber e outros	-	19.035	19.035	38.130	61.997	100.127
	-	17.836	17.836	38.130	61.997	100.127
Passivo						
Fornecedores e contas a pagar	-	9.949	9.949	2.889	5.764	8.653
	-	7.764	7.764	2.889	5.764	8.653

19.2 Transações com partes relacionadas

	Consolidado					
	2023			2022		
	Subsidiárias da Neoenergia	Acionista	Total	Subsidiárias da Neoenergia	Acionista	Total
Resultado do período						
Receita operacional líquida	283.549	221.220	504.769	380.113	258.990	639.103
Custos dos serviços	(19.379)	(108.370)	(127.749)	(32.636)	(65.790)	(98.426)
Despesas gerais e administrativas	(1.320)	-	(1.320)	(2.060)	-	(2.060)
	262.850	112.850	375.700	345.417	193.200	538.617

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

19.3 Principais transações com partes relacionadas

As principais transações com partes relacionadas nos itens 19.1 e 19.2 referem-se a:

Item	Empresa relacionada	Tipo de transação	Índice de correção / remuneração contratual	Prazo	Vencimento	Ativo / (Passivo)	Resultado do exercício
a)	FURNAS	Contrato de venda de energia elétrica ACL	IPCA	23 anos	2032	8.918	104.464
b)	ELETROSUL	Contrato de venda de energia elétrica ACL	IPCA	23 anos	2032	8.918	104.464
c)	FURNAS	Compra e Venda de Energia	IPCA	1 ano	2023	(1.686)	19.847
d)	FURNAS	Encargo de Uso do Sistema de Transmissão	IPCA	Fim da Concessão	2047	(3.948)	44.957
e)	ELETROSUL	Encargo de Uso do Sistema de Transmissão	IPCA	Fim da Concessão	2047	(1.383)	16.235
f)	ELETRONORTE	Encargo de Uso do Sistema de Transmissão	IPCA	Fim da Concessão	2047	(2.433)	27.330

19.4 Remuneração da administração

As remunerações de empregados, incluindo os ocupantes de funções executivas e membros do conselho de administração da Companhia reconhecidos no resultado do período, estão apresentados como segue:

	2023	2022
Salários e benefícios recorrentes	1.990	2.321
Benefícios de longo prazo	34	323
	2.024	2.644

20. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

20.1 Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	Consolidado			
	2023		2022	
	CA	VJR	CA	VJR
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	60	88.401	671	157.267
Títulos e valores mobiliários	-	125.387	-	115.512
Contas a receber de clientes e outros	111.293	-	106.513	-
	<u>111.353</u>	<u>213.788</u>	<u>107.184</u>	<u>272.779</u>
Passivos financeiros				
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	72.506	-	73.540	-
Empréstimos e financiamentos	2.604.369	-	2.814.016	-
Passivo de arrendamento	623	-	777	-
Uso do bem público	190.193	-	186.784	-
Outros passivos financeiros	6.492	-	8.494	-
	<u>2.874.183</u>	<u>-</u>	<u>3.083.611</u>	<u>-</u>

CA – Custo amortizado

VJR – Valor justo por meio do resultado

20.2 Estimativa do valor justo

Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e

Nível 3 – Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 20.6, (análise de sensibilidade).

20.3 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo (“VJR”)

O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo estão demonstrados como segue:

	Consolidado	
	2023	2022
	Nível 2	Nível 2
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	157.267	157.267
Títulos e valores mobiliários	115.512	115.512
	<u>272.779</u>	<u>272.779</u>

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo.

20.4 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo custo amortizado (“CA”)

Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, em virtude ciclo de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do saldo contábil. Abaixo demonstramos o valor justo dos ativos e passivos financeiros reconhecidos a custo amortizado.

	Consolidado			
	2023		2022	
	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 2	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 2
Empréstimos e financiamentos	2.604.369	2.604.369	2.814.016	2.814.016

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores são iguais aos montantes mensurados ao custo amortizado (saldo contábil).

a) Política contábil

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias:

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da Companhia para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

- Custo amortizado (CA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais; e
- Valor justo por meio do resultado (VJR): todos os demais ativos financeiros.

(ii) Passivo financeiro

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

20.5 Métodos e técnicas de avaliação

(i) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos alocados no nível 2 são baseados na abordagem de resultado e o valor justo, tanto da dívida indexada por taxa fixa quanto por taxa flutuante, é determinado a partir do fluxo de caixa descontado utilizando os valores futuros da taxa CDI e da curva dos títulos da Companhia.

20.6 Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos financeiros em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

- Cenário Provável: Foram projetados os encargos e rendimentos para o exercício seguinte, considerando os saldos, as taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2023.

- Cenário II: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 15% nas variáveis de risco associadas.

- Cenário III: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 30% nas variáveis de risco associadas.

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

	Indexador	Risco	Taxa no exercício	Exposição (Saldo/ Nocial)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	11,65%	213.788	24.906	3.736	7.472
PASSIVOS FINANCEIROS							
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures							
Dívidas em CDI	CDI	Alta do CDI	11,65%	(438.742)	(59.389)	(8.908)	(17.817)
Dívida em TJLP	TJLP	Alta da TJLP	6,55%	(2.165.627)	(184.015)	(21.277)	(42.555)

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

LEONARDO SILVA DE CARVALHO
Presidente

Titulares

Leonardo Silva de Carvalho
Hugo Leonardo da Silva
Virgínia Fernandes Feitosa

DIRETORIA EXECUTIVA

Hugo Leonardo da Silva
**Diretor Administrativo, Financeiro, de
Coordenação e Meio Ambiente**

Antônio Augusto Bechara Pardauil
Diretor Técnico

CONTADOR

Alexandre Lira da Rocha
CRC-DF-018622/O

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os Diretores da **Teles Pires Participações S.A**, sociedade por ações, de capital fechado, com sede na Praia do Flamengo, 154, 9º andar, Flamengo, Rio de Janeiro-RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.810.896/0001-53, declaram que:

(I) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da KPMG relativamente às demonstrações financeiras da Teles Pires Participações S.A, alusivas ao exercício findo em 31.12.2023; e

(II) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Teles Pires Participações S.A relativas ao exercício findo em 31.12.2023.

Rio de Janeiro, 16 de Fevereiro de 2024.

Hugo Leonardo da Silva

Diretor Administrativo, Financeiro, de Coordenação e Meio Ambiente

Antônio Augusto Bechara Pardauil

Diretor Técnico

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da **Tele Pires participações S.A.**, tendo examinado, em reunião nesta data, as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2023, compreendendo o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, complementadas por notas explicativas, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e pelo contador da Companhia e considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes KPMG, aprovou os referidos documentos e propõe sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 2024.

LEONARDO SILVA DE CARVALHO

HUGO LEONARDO DA SILVA

VIRGÍNIA FERNANDES FEITOSA